

MP quer responsabilização de Bolsonaro por aglomeração no Acre

O Ministério Público Federal e o Ministério Público do Acre querem que o presidente Jair Bolsonaro seja responsabilizado por crimes contra a saúde pública que teriam sido praticados durante sua passagem pelo estado.

Mailza Gomesi/Facebook



Bolsonaro e Pazuello em visita ao Acre
Mailza Gomesi/Facebook

No último dia 24 de fevereiro, Bolsonaro e outras autoridades federais, como o então ministro Eduardo Pazuello (Saúde), visitaram as cidades de Rio Branco e Sena Madureira e desrespeitaram às normas de isolamento social impostas pelo [Decreto Estadual 7.849/2021](#), que determinou a classificação do Nível de Risco de todas as regionais de saúde no Nível de Emergência (cor vermelha), com proibição de quaisquer tipos de eventos que pudessem causar aglomerações, sem qualquer exceção, e alertando para a obrigatoriedade do uso de máscara facial.

O MPF e o MP-AC encaminharam representação ao procurador-Geral da República, Augusto Aras, pedindo que o presidente seja denunciado. No texto, procuradores e promotores argumentam que o próprio presidente não usou máscara ou manteve isolamento nos eventos que participou.

Também foram representados os ministros Onyx Lorenzoni (Secretaria Geral), Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo), Fernando Azevedo (Defesa), Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional), Gilson Machado Neto (Turismo), além do senador Márcio Bittar (MDB/AC) — todos aparecem em imagens divulgadas sem máscara e desrespeitando o distanciamento social obrigatório.

A representação é assinada pelos procuradores da República Lucas Costa Almeida Dias e Humberto Aguiar Júnior, pelo procurador de Justiça Sammy Barbosa Lopes e pelo promotor de Justiça Glaucio Ney Shiroma Oshiro.

Clique [aqui](#) para ler a íntegra da representação

Date Created

18/03/2021